

?	?	?	?
?			?
Maio de 2007 - Nº 27			
Edições Anteriores			
<p>:: Formação de professores fortalece o combate ao racismo na educação infantil.</p> <p>:: Proposta do PDE para a educação inclusiva enfoca a construção de sala.</p> <p>:: Educação pública de qualidade - quanto custa este direito?</p> <p>:: Pesquisas evidenciam a complexidade da relação entre educação e exclusão.</p>	<h2 style="color: #92d050;">Brasil tem nova relatora para o direito humano à educação</h2> <p>O Projeto de Relatores Nacionais da Plataforma Dhesca Brasil (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) acaba de escolher sua nova relatora para o direito humano à educação. Denise Carreira, coordenadora do Programa Pesquisa e Ação Política da ONG Ação Educativa e ex-coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2003-2006), tomará posse no próximo dia 30, na Câmara dos Deputados, em Brasília.</p> <p>Na ocasião, também serão nomeados outros quatro relatores para as áreas de meio ambiente, moradia adequada e terra urbana, saúde e trabalho.</p> <p>O Projeto, que conta com o apoio do Programa Voluntários das Nações Unidas (UNV-PNUD), é inspirado nas relatorias especiais temáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) e tem o objetivo de monitorar a implantação e efetivação dos direitos sociais, culturais e ambientais no Brasil. Identificadas as violações a estes direitos, por meio de visitas a diferentes regiões do país, os relatores propõem possíveis soluções, como mudanças na legislação e nas políticas públicas, e ações do Ministério Público e do Sistema Judiciário para a sua defesa.</p> <p>Para a identificação das violações do direito à educação, a relatora deve contar com denúncias enviadas por movimentos sociais, entidades da sociedade civil e atores da comunidade escolar. O recebimento das denúncias é explicado no plano de trabalho: “a partir das denúncias recebidas, serão escolhidas aquelas que serão objeto de missões da Relatoria, a partir de critérios que considerem a gravidade da situação, o potencial de abordagem de problemáticas estruturais e/ou de articulação de sujeitos políticos para busca de soluções locais, regionais ou nacionais. As denúncias que não se converterem em missões serão registradas e encaminhadas ao Ministério Público e às organizações da sociedade civil que atuam no território ou sobre a temática”.</p> <p><b>Temas</b></p> <p>A Relatoria Nacional pelo Direito à Educação escolheu trabalhar com três temas principais: insumos básicos, etapas e modalidades (com destaque para educação infantil de 0 a 3 anos, ensino médio, educação de jovens e adultos, no sistema prisional, indígena, quilombola, especial e ensino noturno), e desigualdades sociais e discriminações na educação (implementação da lei 10.639/03, educação em espaços de privação da liberdade de adolescentes, educação inclusiva, impacto da violência doméstica na educação pública, e homofobia no ambiente escolar).</p> <p>Denise Carreira assume a posição ocupada anteriormente por Edla Soares, ex-secretária municipal de educação de Recife (2005-2007), e Sérgio Haddad, coordenador geral da Ação Educativa (2002-2005). Denise apresentou um plano de trabalho e deve buscar uma relação mais próxima com o trabalho desenvolvido por Vernor Muñoz, atual relator da ONU para o direito à educação.</p> <p><b>Relatório 2006</b></p> <p>Na ocasião da posse dos relatores nacionais, a Plataforma Dhesca</p>		

Brasil também lançará o Informe 2006, com os relatórios das missões de cada uma das áreas. Durante seu mandato, Edla Soares investigou as violações ao direito à educação de populações indígenas e em unidades prisionais femininas de Pernambuco. Para este último caso, foi realizada uma audiência pública no Ministério Público estadual, a partir da qual se estabeleceram uma série de recomendações para efetivar o direito à educação escolar e profissional nas prisões do Estado, detalhadas neste Informe.

Em 2006, os relatores realizaram missões em 11 estados brasileiros, sendo que vários municípios receberam a visita de relatores de mais de uma área, o que ajuda a explicitar as inter-relações das violações aos direitos humanos sociais, culturais e ambientais.

Quem é

Jornalista e mestra em educação, Denise foi presidente do Conselho dos Direitos da Mulher de Rio Branco/AC, coordenadora do CDDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre), coordenadora de comunicação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária). Também trabalhou como repórter do jornal *Folha de S. Paulo*, consultora da WWF (Fundo Mundial para a Natureza), da Fundação Abrinq e do Fundo de Igualdade de Gênero da Embaixada do Canadá. Ela assume o cargo por um ano, prorrogável pelo mesmo período.



- A Plataforma brasileira é vinculada à Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. Mais informações sobre o Projeto Relatores Nacionais e o Informe 2006: (21) 2536-7350.

- Para contatar a Relatora para o Direito Humano à Educação: (11) 3151-2333 ramal 132.

- Acesse [aqui](#) o Plano de Trabalho da relatora nacional pelo direito à educação.

